

O SR. RODRIGO AMORIM - O IML tem, notadamente, feito um serviço lento. E aí precisamos também chegar ao cerne desta questão, porque, no momento de mais dor das famílias, a primeira relação com o público - eu já estive presente e falo isso por experiência própria - é muito ruim. Então as vítimas ficam ali numa dificuldade de atendimento, num drama.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Deputado, acho que a gente pode poupar a doutora de falar qualquer crítica contra a sua instituição...

O SR. RODRIGO AMORIM - Não. Não estou entrando nesta seara.

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - É, tentando justificar. A gente trabalha com um número muito pequeno de funcionários.

O SR. RODRIGO AMORIM - Eu compreendo. No que diz respeito especificamente, Deputado...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Mas a gente, durante a crise em 2016, 2017, acompanhou na imprensa - esta Casa fez diversas intervenções - das condições deploráveis em termos de instrumento, de pessoal, enfim, de modernização, inclusive do Instituto Médico Legal. Isso a gente pode fazer...

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - Só para dar uma ilustrada. Muita gente eu vi no Ministério Público falando sobre isso e, esse ano da nossa gestão, a gente conseguiu, através de uma cobrança bem individualizada em relação a laudos atrasados, diminuir, assim, praticamente zerar os laudos de necropsia pendente. As nossas pendências de laudo não se devem ao nosso dia a dia. Devem-se aos passivos de laudos de laboratório, de anatomia patológica praticamente. Os que a gente faz de de lâminas. A gente precisa fazer de biópsia, digamos assim. E a gente tem mil motivos para esses atrasos, que vão da quantidade de pessoas envolvidas nisso, dos insumos, da quantidade de causas de morte não violenta, que sempre foram mandadas para o IML em quantidades absurdas e agora a gente está conseguindo, com várias medidas, diminuir isso, mas a gente tem um passivo de sete mil laudos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Inclusive, eu tenho aqui um projeto aqui do SVO...

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Justamente para diminuir, porque é inadmissível.

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - Aí é uma longa conversa, mas todas as medidas para isso estão sendo adotadas. Mas, pelo menos, assim, o que é feito no dia a dia de mortes violentas que não dependem desse tipo de exame e que são o nosso foco, que é atender a causas violentas e suspeitas, o que a gente deve disso é uma quantidade mínima, tipo cem laudos dos últimos 3 meses. E são coisas que estão sendo colocadas em dia num ritmo suficiente.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Quantos pessoas morrem em um dia e chegam no IML para...?

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - No IML sede, em torno de trinta necropsias por dia.

O SR. RODRIGO AMORIM - Deputado Jorge Felipe Neto, na verdade, o intuito a que me chama a atenção com o relato da doutora... Primeiro, quero parabenizar pelo trabalho. Agora, pareceu-me extenuante naquela noite. E aí é o meu questionamento. Se estava no plantão sozinho dando conta de todo o incidente, mas...

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - Não tem equipe. Mas sempre que é uma coisa assim...

O SR. RODRIGO AMORIM - Agora eu compreendi.

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - A gente tem uma equipe treinada que a gente chama de DVI. E depois... A gente nunca sabe se são só os dez. Vão vir mais.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sim, sim.

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - No caso do Hospital, Flamengo a gente já sabia que seriam só os dez, o Hospital a gente não sabia se seriam dez, se seriam noventa, se seriam cem.

O SR. RODRIGO AMORIM - E as condições de identificação também.

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - E as pessoas que têm treinamento para DVI são x, então a gente já desloca tudo isso. E eu faço muita questão de estar ali, porque, se der tudo errado, eu que tenho que falar com as famílias. Na minha concepção, eu tenho essa responsabilidade. Se der tudo certo, tudo bem. Se der tudo errado, quem vai se reportar às pessoas?

O SR. RODRIGO AMORIM - E o questionamento claro, que sempre que... Aí é nosso dever de ofício sempre ressaltar, porque de fato é um drama no Rio de Janeiro, hoje, esse atraso dos laudos. Quería só entender como foi a dinâmica e parabenizá-la pelo trabalho.

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - Obrigada.

A SRA. TIA JU - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputada Tia Ju. A SRA. TIA JU - Quero só fazer uma ressalva rápida, porque, na verdade, a gente quer mesmo ouvir. Primeiro, parabenizo a doutora. Primeiro e segundo por ser mulher. Parabéns! Eu sei que os homens que estão aqui apoiam esses meus parabéns às mulheres que têm esse sentimento. Quando ocorre esse tipo de situação, a gente se coloca muito no lugar, como se fosse parte da nossa família, alguém da nossa família.

E o IML realmente vem sofrendo esses dramas, não é? Eu acompanhei uma família que estava querendo enterrar o seu parente. E nós tivemos um dilema, por conta da situação financeira do Estado, faltavam insumos para que fosse feito o laudo e identificação da vítima. Eles só conseguiram enterrar o parente depois de longos seis meses, quando foi identificado que realmente a pessoa que estava ali no IML era realmente o irmão, o filho, e eles puderam fazer.

Então, parabenizo. E aqui, Sr. Presidente, eu sei que a gente está tratando a questão do Hospital, também a gente tentar, junto a esta CPI, não sei de que forma, fazer o encaminhamento para o fortalecimento do trabalho do IML, que é de suma importância nesta e em diversas outras situações e que ainda continua sofrendo, podemos dizer assim, um sucateamento, a falta de amparo e apoio que de fato esse setor tão importante necessita.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Perfeito, Deputada Tia Ju.

Deputado Bruno Dauaire.

O SR. BRUNO DAUAIRE - Não posso também deixar de fazer um registro do respeito e do carinho que eu tenho pelo trabalho da senhora à frente do IML. Todas as vezes em que foi instada a ajudar, a tentar resolver um problema ali, um problema aqui, a Gabriela sempre teve essa preocupação. Então, eu sou um fã do seu trabalho.

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - Obrigada.

O SR. BRUNO DAUAIRE - A gente sabe das limitações de todos os sentidos, de pessoal, de tudo. Mas a gente sabe que, com muito esforço, vocês têm desempenhado um trabalho belíssimo, que tem orgulhado a todos, inclusive a esse Parlamento.

Eu também concordo que esse Parlamento precisa fortalecer ainda mais o trabalho do IML.

Obrigado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Ratifico suas palavras, Deputado Bruno Dauaire, e estendo também os cumprimentos e a saudação a toda a equipe do Instituto Médico Legal.

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - Obrigada.

O SR. RODRIGO AMORIM - E de toda a Polícia Científica também.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Quero agradecer à Dra. Gabriela. Acho que não vão faltar oportunidades aqui, porque é importante entender de fato se todas as mortes foram decorrentes. E a gente acaba acreditando que sim, se não foi causa direta, mas indiretamente.

Eu gostaria de passar a palavra, primeiro foi o Dr. Roberto, que presidiu o inquérito, depois a Dra. Carina, não é isso? Então, começar com o Dr. Roberto. Como foi o início desse inquérito e quais foram as primeiras constatações que o senhor teve junto a famílias, Corpo de Bombeiros e, também, ao Instituto de Criminalística Carlos Éboli.

Boa tarde, Doutor.

O SR. ROBERTO RAMOS - Boa tarde, Excelentíssimo Presidente. Boa tarde, demais deputados integrantes da comissão. Boa tarde a todos os presentes. Meu pesar aos parentes das vítimas.

Assim que minha equipe ficou sabendo do fato nos deslocamos até o Hospital Badim; lá já estavam os bombeiros militares. A nossa função era preservar o local para que os bombeiros pudessem atuar e atuaram de forma heroica, além de combater o incêndio ainda tiveram que fazer resgate dos pacientes. E assim que o Bombeiro... quando estava lá havia inclusive a presença de alguns dos senhores aqui, alguns deputados, e eu ficava torcendo para que não houvesse vítima, mas aí o comandante do Bombeiro que estava no local disse que tinha, pelo menos, uma vítima, e depois que eles ficaram batendo as instalações verificaram outras vítimas. Aí tivemos esse lamentável número de vítimas.

A minha função inicial lá era preservar o local para o trabalho da perícia e assim que os bombeiros terminaram de operar, eles passaram as edificações para responsabilidade da Polícia Civil. Nós chamamos a PM e mantivemos ali o UPO ali, para que ninguém entrasse. E, também, ser à noite não cabia fazer uma perícia no local, teria que ser de dia. E, no outro dia, quando nós fomos fazer a perícia, tivemos a preocupação inicial, porque o fogo se deu no térreo e o térreo estava cheio de água, havia possibilidade de haver eletricidade, então não podia fazer a perícia naquele momento. Então, o Bombeiro, sempre solícito, cuidou de fazer essa extração à água dali, e também havia muita fumaça. Colocou exaustores para que diminuísse a fumaça e os peritos pudessem entrar no Hospital.

Assim que os peritos chegaram para fazer a perícia, nós verificamos também a existência de um aparelho de tomógrafo que tinha sido muito danificado. Então, foi uma preocupação do corpo da Polícia Civil saber se tinha algum elemento de radiação naquele equipamento. Então, tivemos que esperar, chamar os técnicos, ver a norma técnica do equipamento para saber se tinha ou não. Então, não tinha, não havia esse perigo, e a perícia foi feita.

Eu acompanhei só o início dos trabalhos, porque logo depois eu fui transferido e ficou a cargo da Dra. Carina. E, inicialmente, os peritos detectaram que o fogo realmente se deu, como já falou o representante do Corpo de Bombeiros, se deu na área do gerador. E na área do gerador, que também ficava no térreo, também havia estoque de combustível. Então, pegou fogo, isso provocou muita fumaça, uma fumaça quente, que subiu e acabou por vitimar várias pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só fazer um pela ordem, rapidamente, Deputado Jorge Felipe Neto. A condução coercitiva foi suspensa, tendo em vista que o Hospital Badim está mandando o seu diretor Fábio Santoro, Diretor Médico responsável, que chegará aqui até o prazo de 14 horas, então foi feito um acordo para que o diretor responsável esteja aqui às 14 horas, isso foi um pedido do Hospital para evitar, assim, que a Polícia Judiciária faça a condução coercitiva do mesmo.

É muito bom quando as instituições são respeitadas, Deputado Rodrigo Amorim. Deputado Jorge Felipe Neto, por favor.

O SR. RODRIGO AMORIM - Não querem passar constrangimentos, mas fizeram as famílias passar constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois é. Mas...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - É bom que se respeite esta Casa. Acho que fazem bem mandar um representante para que a gente tenha que evitar esse tipo de constrangimento, até para os deputados no sentido de ficar acionando a Polícia para que a gente faça um (não compreendido) que é comum, é obrigação de todo cidadão respeitar também o Parlamento, assim como o Parlamento ao cidadão, não é Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só para complementar, Deputado Jorge Felipe Neto, essa comissão não vai se furtar de nenhuma das suas prerrogativas. Aqueles convocados deverão comparecer, salvo situações estabelecidas por lei que permitam não estar aqui. Não vamos admitir perjúrio nesta comissão. Enfim, a gente está aqui para esclarecer o que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro, em especial todos aqueles incidentes e acidentes que causaram, principalmente, mortes, e quando nós falamos de mortes nós não falamos apenas de número falamos de pessoas que são pais, são mães ou são filhos e que deixam muita dor e muitas incertezas no ar.

Deputado Jorge Felipe Neto quer complementar?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Essa perícia da Civil, esses atos geradores eram diesel, provavelmente...

O SR. ROBERTO RAMOS - Exatamente.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Eles estavam em manutenção? Há esse relato pela Polícia Civil. 2 - Pelo sistema municipal, a CET Rio fechou a via às 18h24. Somente às 18h39 a CEG, a Light, a Defesa Civil foram acionadas pelo sistema da Prefeitura, pelo Centro de Operações Rio e não por outras instituições. Esse é o protocolo correto? Essa demora pode ter contribuído no alastramento desse fogo? Ainda tinha gás encanado correndo no ambiente de incêndio, você ainda tinha eletricidade com esse vazamento. Aliás, esse vazamento foi causado pelo incêndio ou foi constatado que anteriormente já havia essa área inundada que o senhor falou? Tem como saber isso?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Dá um pouco mais de elemento para a gente.

O SR. ROBERTO RAMOS - Quanto a área inundada, houve um combate ao incêndio, então era no térreo. Então, com o combate ao incêndio, o Corpo de Bombeiros usou água e acabou por inundar o térreo. Isso que ocorreu.

E quanto ao gera... No meu caso, eu fiquei só no início, eu não cheguei a pegar os laudos(?). O contato que eu tive foi o contato inicial ali na perícia. Então, ali havia dois geradores: um na parte térreo e um que ficava no... em cima... é ... na parte de cima do edifício. O que pegou fogo foi o que estava na parte térreo e ali também havia combustível. E foi isso que aconteceu.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não, mas essa perícia, o gerador estava sob manutenção? Como é que...? Isso é fundamental para que a gente veja se houve negligência.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. Pelo menos no início da investigação, os geradores estavam operando normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - E com a manutenção em dia?

O SR. ROBERTO RAMOS - Exatamente. Isso foi o que nós disseram.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu acho que vale a pena, Deputado Jorge Felipe Neto, a gente passar a palavra para a Dra. Carina, que é agora o desejo... O Dr. Roberto pegou o início do... Não é isso, Dr. Roberto? O início apenas do... Então, eu acho que a Dra. Carine, que é a titular da 18ª, vai ter mais informações para nos passar. Dra., seja bem-vinda. Aproveito já para fazer o questionamento que foi feito pelo Deputado Rodrigo Amorim, se a senhora teve algum elemento no que tange que o Hospital estava usando geradores de uma forma de economia de energia elétrica junto à concessionária estabelecida para poder fazer um contingenciamento financeiro utilizando apenas os geradores.

A SRA. CARINA BASTOS - Boa tarde a todos, boa tarde, Presidente. Eu comecei agora, há pouco tempo, assumi a delegacia e o inquérito já está em andamento e permanece. As investigações continuam. É um inquérito muito complexo que depende de muita informação técnica, não só investigativa, mas, técnica também. Então, já chegou o laudo pericial do ICE, só que eu entendi que, para mim, ainda não é o suficiente para eu chegar a alguma conclusão. Eu preciso de mais informações até para saber porque alastrou tanta fumaça, não tem isso informando se há um bloqueio dos shafts que passam as tubulações.

Então, eu quero fazer uma nova perícia vai ser feita com relação a isso porque, como é muito complexo e tem muito detalhe técnico, eu dependo muito de outros órgãos, e a informação que vocês me solicitaram agora que havia mesmo esse tempo que ficava funcionando para evitar o gasto de luz, consta no inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E com relação à não interrupção da rede de gás canalizado ou da energia elétrica, quase uma hora só para o acionamento e essas redes são fechadas ou abertas manualmente, isso pode ter contribuído?

A SRA. CARINA BASTOS - Possivelmente, porque continua alastrando, então, pode ser, mas, também não consta no laudo a informação com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputados.

A SRA. TIA JU - No caso do alastramento, pelo que nós, a informação... o laudo não está concluído ainda, não tem a conclusão de laudo, mas, a gente insiste, eu pelo menos insisto em ter uma grande curiosidade exatamente no fato concreto da morte dessas pessoas que foi por asfixia.

A SRA. CARINA BASTOS - Sim.

A SRA. TIA JU - Por que essa fumaça tomou esta proporção? Então, não foi nem a questão do fogo, não houve queimados.

A SRA. CARINA BASTOS - Isso.

A SRA. TIA JU - Houve asfixiados.

A SRA. CARINA BASTOS - O problema maior que gerou a morte foi a fumaça, não foi queimadura, você percebe pelos laudos da perícia do IML. Inclusive, por que é que demora também a conclusão de um inquérito desse? A morte de um ... acho que é o do Sr. Virgílio, foi morte por doença, só que a morte dele mesmo sendo por doença, foi em razão do evento.

A SRA. TIA JU - Exatamente.

A SRA. CARINA BASTOS - Por quê? Porque acabou a energia elétrica.

A SRA. TIA JU - Desligou o aparelho.

A SRA. CARINA BASTOS - Talvez, no momento, porque teve um momento em que acabou a energia elétrica, teve um apagão, pode ter sido até nesse momento que desligou e desligou o aparelho e ele veio a falecer.

A SRA. TIA JU - Ele veio a óbito, né?

A SRA. CARINA BASTOS - E não foi por uma doença específica sozinha, talvez se tivesse mantido o aparelho, talvez a vida dele ainda se mantivesse. Então, essas relações são muito detalhadas, muito minuciosas, por isso é que a gente precisa de mais tempo para conclusão do inquérito.

A SRA. TIA JU - E aí eu volto nesta insistência com relação à fumaça, essa fumaça está nos meus olhos. Eu estava fora do País em uma missão oficial representando a Casa, mas, é lamentável a morte de pessoas em quaisquer circunstâncias, mas, o alastramento desta fumaça, tão rápido, e levar a óbito tantas pessoas, isso é muito preocupante, a gente precisa realmente se aprofundar...

A SRA. CARINA BASTOS - É esse detalhe maior que eu quero que tenha no próximo laudo.

A SRA. TIA JU - A gente sabe da complexidade de um laudo como esse.

A SRA. CARINA BASTOS - Isso.

A SRA. TIA JU - Mas, é de suma importância ...

A SRA. CARINA BASTOS - Muito importante sim.

A SRA. TIA JU - ... saber do porquê da propagação desta fumaça, e a gente insiste aí nesta questão para que não ocorra mais.

A SRA. CARINA BASTOS - Com certeza, é o dever de todos.

A SRA. TIA JU - Inclusive, Sr. Presidente, só sendo rápida aqui, lembrando que é da nossa autoria, da autoria de V.Exa., do Deputado Rodrigo Amorim e da minha autoria também exatamente um projeto de lei que estabelece sistema de segurança contra incêndio e pânico em edificações que sejam destinadas à utilização pública ou privada que possuam janelas blindadas, estacadas no Estado do Rio de Janeiro e outras providências com o detalhamento, inclusive, de quem regulamentará, se será o Corpo de Bombeiros para evitar exatamente que ocorra novamente casos como esse. Só ressaltando que pela necessidade nós nos vimos na obrigação, esta Casa se viu na obrigação, nós três deputados aqui, de propormos esse projeto de lei.

O SR. RODRIGO AMORIM - Doutora, primeiro saudá-la, seja muito bem-vinda a esta Casa. Como disse, sou morador da Tijuca, do entorno, assim como o Deputado Alexandre Knoploch. Em breve estaremos lá tomando um café com V. Sra. Agora, a senhora nos disse, nós acompanhamos isso através da imprensa e também recebemos alguns relatos, no sentido de que o Hospital estaria utilizando geradores como meio de economizar energia convencional, a senhora disse que consta no inquérito...

A SRA. CARINA BASTOS - Consta.

O SR. RODRIGO AMORIM - ...fruto da apuração da Polícia Civil ou do depoimento de algum funcionário ou gestor do Hospital?

A SRA. CARINA BASTOS - Tem os depoimentos de vários funcionários, eles falam que era partir de 5:35 do horário de pico até umas 8 horas funcionava o gerador, exatamente para ter essa economia.

O SR. RODRIGO AMORIM - Obrigado.

O SR. BRUNO DAUAIRE - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. BRUNO DAUAIRE - No mandato passado, eu tive, não foi um embate, mas em relação às licenças que eram concedidas a vários estabelecimentos. Inclusive no interior do estado, a gente também teve muito problema conseguiu anular alguns atos do próprio Corpo de Bombeiros, à época, que exigia projetos milionários para poder fazer a questão do combate ao incêndio. A minha pergunta é se há, dentro do próprio inquérito, alguma investigação sobre a linha das licenças concedidas? Doutora, se há, dentro do inquérito, alguma investigação sobre as licenças concedidas ao Hospital Badim?

A SRA. CARINA BASTOS - Sim, há. Inclusive a última resposta que eu tive foi que após as obras - porque o Badim é muito antigo, então ele teria uma licença bem antiga para funcionamento - a partir das obras que foram feitas para manutenção e até para a modernização do local, a partir desse, eu acho que de 2017, senão me falha a memória, já não tinha mais a licença para funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Porque a gente ouviu do Corpo de Bombeiros que existia a licença para o novo...

A SRA. CARINA BASTOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então não existia a licença?

A SRA. CARINA BASTOS - Não, a partir de 2017 caiu em exigência, tinham algumas exigências que eles não estavam cumprindo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E por que na opinião ou na visão de V. Exa. documental se isso consta do inquérito, por que ninguém lacrou o Hospital? Por que ele foi autorizado a funcionar mesmo sem licença?

A SRA. CARINA BASTOS - Ele já foi, antes de eu começar a assumir a delegacia ele já estava em funcionamento, já tinha sido autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Sim, mas ele caiu em exigência. Alguém dos Bombeiros autorizou o funcionamento?

A SRA. CARINA BASTOS - Eu não sei. O Bombeiro não tem como responder?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O inquérito está sob sigilo?

A SRA. CARINA BASTOS - Está.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - V.Sra. também em condição de sigilo/pode abrir a esta Comissão?

A SRA. CARINA BASTOS - Olha, assim, eu não estou dando todas as informações que eu gostaria, até pelo sigilo, porque eu necessito... o inquérito em si já é sigiloso e um fato desse é mais ainda, né? A Polícia não tem acesso, somente a gente, eu sou a delegada responsável e ele é o policial responsável, então só nos dois na delegacia temos acesso. Então, algumas informações, se ou ficar passando aqui, pode ser que atrapalhe a minha investigação, entendeu? Então, nem todos os... Mas o que é permitido, eu acho que não vejo problema...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Documental, licenciamento, laudo pericial...

A SRA. CARINA BASTOS - Eu não vejo problema...

O SR. BRUNO DAUAIRE - Empresa responsável pelas obras, eu acho que isso é importante...